

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2024 (ART. 75, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021)

1. PRÊAMBULO

1.1. O Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 83.021.824/0001-75, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo de DISPENSA DE LICITAÇÃO:

I - Base legal:

- a) Lei nº 14.133/2021, art. 75: inciso II
- b) Decreto Municipal nº 9849/2023
- c) Decreto Municipal nº 9945/2023
- d) Decreto Municipal nº 9851/2023

II - Processo Administrativo nº 154/2024

2. OBJETO

2.1) Constitui objeto deste certame a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIO E RESGATE DO CAMINHÃO, PLACAS QIB-9G74, PREFIXO ABTR-115, DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2.1.1) Conforme discriminado abaixo:

Nº	Quantidade	Unid.	Código	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	6,000	UN	2089650	ROLAMENTO. - ROLAMENTO 6207	95,0000	570,00
2	2,000	UN	813	RETENTOR - RETENTOR 1495 BRG	30,0000	60,00
3	2,000	L	2088663	ÓLEO EATON - ÓLEO EATON 50W	100,0000	200,00
4	1,000	UN	991	VEDAÇÃO - VEDAÇÃO ALTA TEMPERATURA	30,0000	30,00
5	2,000	UN	1123	MANGUEIRA - MANGUEIRA ALTA PRESSÃO	150,0000	300,00
6	1,000	UN	991	VEDAÇÃO - VEDAÇÃO MANGUEIRA ÁGUA BOMBA	300,0000	300,00
7	1,000	UN	575	MÃO DE OBRA - MÃO DE OBRA	1.000,0000	1.000,00
(Valores expressos em Reais R\$)					Total Geral:	2.460,00

2.2) O objeto está fundamentado no Estudo Técnico Preliminar – ETP (ANEXO I) e no Termo de Referência (ANEXO II) ([art. 18, I e II](#)).

2.3) SUBCONTRATAÇÃO: fica VEDADA a subcontratação.

3. JUSTIFICATIVA DO VALOR CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1) O valor estimado para a presente contratação, fixado em R\$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais), encontra-se dentro do limite legal estabelecido para contratações diretas com dispensa de licitação, conforme previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3.3) As despesas decorrentes deste processo correrão por conta às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2024.

Número	Organograma
62	06.001 - Departamento de Serviços Urbanos
Função	Subfunção
15 - Urbanismo	122 - Administração Geral
Programa	Ação
0110 - PÉ NO BAIRRO	2.017 - Manutenção das atividades CV. Bombeiros - 16.591
Natureza	Recurso
3.3.90.00.00 - Aplicacoes Diretas	2.501.0000.0501 - Superávit - Outros Recursos não Vincular
Máscara	
06.001.15.122.0110.2017.3.3.90.00.00 / 2.501.0000.0501 - Superávit - Outros Recursos não Vinculados	

3.4) Não haverá reajustamento, pois com a entrega dos materiais e conclusão do serviço, se finda o contrato.

4. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA

4.1) DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

- Regularidade com a Fazenda Federal;
- Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- Regularidade com o FGTS;
- Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;
- Declaração sobre:
 - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021;
 - Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
 - Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber; e
 - Regularidade relativa à Seguridade Social e FGTS, em cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO CONTRATADO

5.1) A seleção do fornecedor foi realizada com base na análise das propostas obtidas durante a pesquisa de mercado, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar (ETP). A escolha recaiu sobre a empresa **INDUSTRIA METALURGICA E MECANICA GAIO LTDA**, por ter apresentado o menor valor que atendem aos requisitos do objeto solicitado.

Dados da Empresa Contratada

Razão Social: **INDUSTRIA METALURGICA E MECANICA GAIO LTDA**

CNPJ: 02.027.420/0001-97

Endereço: Rua Urussanga, nº 200E, Bairro Cristo Rei, Município de Chapecó, SC CEP: 89.810-020

A escolha da referida empresa reflete a observância aos princípios da economicidade e vantajosidade para a Administração, em conformidade com as diretrizes legais aplicáveis.

6. CONTRATO ADMINISTRATIVO

6.1) Instrumento de contrato será substituído por nota de empenho, de acordo com o Art. 95 da Lei 14.133/2023, Inciso II

6.1.1) Prazo de Vigência será até 31/01/2025.

6.2) GESTÃO DO CONTRATO:

I - Responsável: A gestora do Contrato será a servidora, a senhora Simone Zanella Strada, nomeada pelo Decreto Municipal nº 9841/2023.

6.3) FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

I - Responsável: Soldado Bombeiro Militar Pablo Henrique Cervi.

II - Será responsabilidade da fiscalização a verificação dos prazos de execução ou refazimento dos serviços, suas especificações, bem como comunicar à CONTRATADA, formalmente, o descumprimento de quaisquer dos itens deste instrumento.

III - Após a execução dos serviços, a fiscalização efetuará uma avaliação nos mesmos, anotando em relatório próprio os problemas porventura ocorridos, o qual será enviado posteriormente à CONTRATADA para o saneamento dos problemas apontados, caso sejam constatados.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1) O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato:

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX - Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

7.2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

I -	Advertência (art. 156, § 2º).	I
------------	---	---

		Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
II -	Multa de 1%	Qualquer infração (art. 156, § 3º)
III -	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Coronel Freitas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
IV -	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

7.3) Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4) Para aplicação das sanções (arts. [156, § 6º, I](#), [157](#) e [158](#) da Lei nº 14.133/2021):

- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- II - Incisos III e IV do item 1:
 - a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
 - b) O contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
 - c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências*;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

7.5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.6) A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7) Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.9) A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.10) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.10.1) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.11) É admitida a reabilitação do contratado perante o Município de Coronel Freitas, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)).

- I -** Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II -** Pagamento da multa;

III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

7.11.1) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (*Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato*) e XII (*Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013*) do caput do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

8. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

8.1) Em atendimento ao disposto na [Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais \(LGPD\)](#), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

8.2) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. [7º](#), [11](#) e/ou [14](#) da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
 - i) Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- d) Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
 - i) Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

8.3) É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis

aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

8.4) Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

8.5) No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 9278/2021, que regulamenta a [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

8.6) A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

8.7) A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

8.8) As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

8.9) A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

8.10) A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

8.10.1) Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

8.11) As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

8.12) Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstando-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

8.13) O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais

relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

8.14) A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

8.15) Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na [Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

8.15.1) Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

8.16) Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 \(LGPD\)](#).

8.16.1) A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1) Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a dispensa de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

I - Página do Município de Coronel Freitas (<https://coronelfreitas.sc.gov.br/licitacoes/>);

II - Diário Oficial dos Municípios – DOM ([art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.2) As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca Coronel Freitas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Coronel Freitas, 06 de dezembro de 2024

Prefeito Municipal

ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 05/2024 – CBMSC

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, c/c art. 18, §§ 1º e 2º.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.

Necessidade de manutenção de viatura da marca VOLVO, modelo VM 330, placas QIB-9G74, prefixo ABTR-115, cor vermelha, do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Ocorre que há um desgaste na caixa de aumento de rotação, entre a tomada de força e a bomba. Esse desgaste faz com que a bomba não funcione adequadamente e também há risco de parar subitamente, seja durante conferência ou também durante o atendimento de ocorrência. Além disso, há algum dano ou rachadura na bomba ou caixa, que necessita ser mantida, pois já está vazando água e o caminhão precisa ser abastecido diversas vezes ao dia, em função desse vazamento, bem como não está sendo mantido na garagem em função do vazamento ser muito intenso, o que irá alagar e molhar os materiais na garagem de viaturas.

O veículo utilizado como caminhão de combate a incêndio e resgate, essencial para atender às diversas ocorrências do Corpo de Bombeiros Militar de Coronel Freitas, encontra-se inoperante devido a problemas na caixa de aumento de velocidade da bomba de combate a incêndio, comprometendo sua funcionalidade. Atualmente, o veículo está baixado, impossibilitando o atendimento a emergências pela unidade local. Em caso de ocorrência, será necessário o deslocamento de uma viatura do quartel mais próximo, localizado em Chapecó, o que pode atrasar significativamente o socorro. A manutenção é imprescindível, pois o desgaste nas peças listadas exige reparo imediato para restabelecer a operação do veículo e garantir a eficiência no atendimento às demandas da comunidade.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área: Departamento de Serviços Urbanos - CBMSC

Requisitante Responsável: Bruna Potrich

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

O serviço a ser adquirido enquadra-se como bem comum, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado.

A empresa deverá comprovar que atividade que desenvolve é pertinente ou compatível com o objeto, devendo apresentar regularidade fiscal, trabalhista, previdenciários e comerciais.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

Durante o processo de planejamento, foram realizadas pesquisas de contratações similares em órgãos e entidades da Administração Pública. A solução mais frequentemente identificada foi a contratação de empresa especializada para fornecimento das peças com a instalação, por se tratar de uma prática consolidada e eficiente.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

Os serviços serão formalizados e solicitados mediante a emissão de uma Autorização de Fornecimento.

O fornecedor terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para iniciar os serviços, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

Os serviços de manutenção deverão ser realizados na sede da empresa contratada, garantindo o uso de ferramentas adequadas e infraestrutura especializada.

A prestação do serviço deverá incluir:

Desinstalação das peças danificadas, garantindo o manuseio adequado para evitar danos adicionais ao equipamento.

Substituição das peças defeituosas por novas peças originais, conforme especificações do fabricante.

Realização de todos os testes necessários para verificar e assegurar o perfeito funcionamento do equipamento após a substituição das peças.

As peças substituídas deverão ser devolvidas ao contratante, acompanhadas de relatório técnico detalhado indicando as falhas identificadas.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

Conforme avaliação técnica os itens a serem substituídos são:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNID
1	6	ROLAMENTO 6207	UND
2	2	RETENTOR 1495 BRG	UND
3	2	ÓLEO 50 W EATON	LTS
4	1	VEDAÇÃO ALTA TEMPERATURA	BS
5	2	MANGUEIRA ALTA PRESSÃO	SERV
6	1	VEDAÇÃO MANGUEIRA ÁGUA BOMBA	UND
7	1	REMOÇÃO CAIXA DE TRANSFERÊNCIA CONSERTO E INSTALAÇÃO	SERV

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.

Após o diagnóstico preliminar realizado pela empresa especializada, foi efetuado contato com fornecedores especializados em manutenção de equipamentos de combate a incêndio por meio de e-mails. Entre as respostas recebidas, tivemos duas negativas: uma delas acusando o recebimento e justificando a impossibilidade de executar o serviço, e outra condicionando a prestação do serviço ao deslocamento da viatura até sua sede, localizada no estado vizinho do Rio Grande do Sul, a mais de 300 km de distância. Essa opção foi descartada devido ao alto custo de deslocamento e ao impacto negativo no orçamento público, além do tempo prolongado em que a viatura permaneceria inoperante.

Obtivemos retorno de orçamento de apenas dois fornecedores. Diante da gravidade da situação e da ausência de uma viatura substituta no município, tornou-se indispensável a contratação da empresa que apresentou o orçamento com menor valor, como medida emergencial para garantir a disponibilidade do veículo e a segurança da comunidade. Mesmo com essas informações, realizamos pesquisas adicionais em contratações públicas. No Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), foram identificadas duas contratações similares: uma com itens bastante próximos ao nosso objeto e outra descrevendo genericamente a manutenção da bomba de combate a incêndio. No painel de preços do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), contudo, não foram encontradas contratações similares. Esses esforços reforçam a necessidade de seguir com a contratação direta com o fornecedor disponível, dada a urgência e a especificidade da demanda.

A tabela abaixo detalha os preços apurados na pesquisa de mercado, demonstrando a adequação da proposta escolhida:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNID	Orç 1	Orç 2	ORLEANS	SANTA CRUZ DO RIO PARDO
1	6	ROLAMENTO 6207	UND	570,00	612,00		
2	2	RETENTOR 1495 BRG	UND	60,00	64,00		76,00
3	2	ÓLEO 50 W EATON	LTS	200,00	216,00		180,00
4	1	VEDAÇÃO ALTA TEMPERATURA	BS	30,00	35,00		
5	2	MANGUEIRA ALTA PRESSÃO	SERV	300,00	324,00		
6	1	VEDAÇÃO MANGUEIRA ÁGUA BOMBA	UND	300,00	320,00		
7	1	REMOÇÃO CAIXA DE TRANSFERÊNCIA CONCERTO E INSTALAÇÃO	UND	1.000,00	1.200,00		3.850,00
				2.460,00	2.771,00	4.610,00	4.106,00

Os valores e quantidades estimadas ficaram os seguintes:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNID	MENOR VALOR	VALOR ESTIMADO
1	6	ROLAMENTO 6207	UND	570,00	570,00
2	2	RETENTOR 1495 BRG	UND	60,00	60,00
3	2	ÓLEO 50 W EATON	LTS	200,00	200,00
4	1	VEDAÇÃO ALTA TEMPERATURA	BS	30,00	30,00
5	2	MANGUEIRA ALTA PRESSÃO	SERV	300,00	300,00
6	1	VEDAÇÃO MANGUEIRA ÁGUA BOMBA	UND	300,00	300,00
7	1	REMOÇÃO CAIXA DE TRANSFERÊNCIA CONCERTO E INSTALAÇÃO	UND	1.000,00	1.000,00
				2.460,00	2.460,00

O custo estimado total da contratação ficou em R\$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais).

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO.

A contratação será realizada de forma global, considerando que a aquisição separada dos itens poderia comprometer a execução dos serviços, dado o caráter complementar entre os componentes envolvidos.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Não há.

10. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.

O município de Coronel Freitas ainda não possui Plano de Contratações Anual

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A substituição de peças e a manutenção corretiva são mais econômicas do que a aquisição de novos equipamentos. Dessa forma, busca-se preservar o patrimônio público, prolongando a vida útil dos bens já existentes.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

A administração municipal tem plenas condições de receber os serviços. Tendo como fiscal o Soldado Bombeiro Militar Pablo Henrique Cervi e como Gestora de contratos a senhora Simone Zanella Strada.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

Buscando o alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecida para as aquisições realizadas pela Administração Pública, os materiais empregados na execução do serviço, deverão observar, no que couber, as legislações vigentes.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Com base nas informações levantadas ao longo do estudo preliminar, conclui-se pelo **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIO E RESGATE DO CAMINHÃO, PLACAS QIB-9G74, PREFIXO ABTR-115, DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Coronel Freitas, SC, 05 de dezembro de 2024.

Bruna Potrich
Cabo Bombeiro Militar

Sidiane Panisson
Diretora de Compras

Autorizo a formalização deste Estudo Técnico Preliminar:

Laurino Vivian
Diretor de Serviços Urbanos

ANEXO II

Lei Federal nº 14.133/2021: art. 6º, XXIII c/c art. 40, §§ 1º e 4º

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

Constitui objeto deste certame a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIO E RESGATE DO CAMINHÃO, PLACAS QIB-9G74, PREFIXO ABTR-115, DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Conforme discriminado abaixo:

2. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PREFERENCIALMENTE CONFORME CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO, OBSERVADOS OS REQUISITOS DE QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE E SEGURANÇA:

Não foi possível localizar padronização nos meios disponíveis, conforme pesquisa anexa ao processo.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS.

Estudo Técnico Preliminar Nº 05/2024 – CBMSC

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

Os serviços serão formalizados e solicitados mediante a emissão de uma Autorização de Fornecimento.

O fornecedor terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para iniciar os serviços, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

Os serviços de manutenção deverão ser realizados na sede da empresa contratada, garantindo o uso de ferramentas adequadas e infraestrutura especializada.

A prestação do serviço deverá incluir:

Desinstalação das peças danificadas, garantindo o manuseio adequado para evitar danos adicionais ao equipamento.

Substituição das peças defeituosas por novas peças originais, conforme especificações do fabricante.

Realização de todos os testes necessários para verificar e assegurar o perfeito funcionamento do equipamento após a substituição das peças.

As peças substituídas deverão ser devolvidas ao contratante, acompanhadas de relatório técnico detalhado indicando as falhas identificadas.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

O licitante deverá comprovar que atividade que desenvolve é pertinente ou compatível com o objeto deste Termo de Referência, atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de responsabilidade civil decorrentes da execução do presente contrato; manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade

com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas na Legislação vigente,

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

- a) Regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- d) Regularidade com o FGTS;
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- f) Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- g) Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;
- h) Declaração sobre:
 - I. Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - II. Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021;
 - III. Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
 - IV. Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91, se couber; e
 - V. Que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- i) Regularidade relativa à Seguridade Social e FGTS, em cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO:

Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela CONTRATADA;

Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;

Comunicar por escrito à CONTRATANTE qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato;

Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotar no relatório de acompanhamento as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato. Tendo como fiscal, Soldado Bombeiro Militar Pablo Henrique Cervi e como Gestora de contratos a senhora Simone Zanella Strada

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

O Município de Coronel Freitas efetuará o pagamento do objeto desta licitação, em até 30(trinta) dias após o recebimento dos documentos fiscais devidamente atestados por servidor responsável, conforme definido no decreto nº 9853 de 22 março de 2023.

O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente, de instituição financeira oficial (Banco do Brasil) ou boleto bancário.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

MODALIDADE: Dispensa de licitação, art. 75, inciso II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.

Após o diagnóstico preliminar realizado pela empresa especializada, foi efetuado contato com fornecedores especializados em manutenção de equipamentos de combate a incêndio por meio de e-mails. Entre as respostas recebidas, tivemos duas negativas: uma delas acusando o recebimento e justificando a impossibilidade de executar o serviço, e outra condicionando a prestação do serviço ao deslocamento da

viatura até sua sede, localizada no estado vizinho do Rio Grande do Sul, a mais de 300 km de distância. Essa opção foi descartada devido ao alto custo de deslocamento e ao impacto negativo no orçamento público, além do tempo prolongado em que a viatura permaneceria inoperante.

Obtivemos retorno de orçamento de apenas dois fornecedores. Diante da gravidade da situação e da ausência de uma viatura substituta no município, tornou-se indispensável a contratação da empresa que apresentou o orçamento com menor valor, como medida emergencial para garantir a disponibilidade do veículo e a segurança da comunidade.

Mesmo com essas informações, realizamos pesquisas adicionais em contratações públicas. No Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), foram identificadas duas contratações similares: uma com itens bastante próximos ao nosso objeto e outra descrevendo genericamente a manutenção da bomba de combate a incêndio. No painel de preços do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), contudo, não foram encontradas contratações similares. Esses esforços reforçam a necessidade de seguir com a contratação direta com o fornecedor que apresentou a proposta de menor valor, dada a urgência e a especificidade da demanda.

A tabela abaixo detalha os preços apurados na pesquisa de mercado, demonstrando a adequação da proposta escolhida:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNID	Orç 1	Orç 2	ORLEANS	SANTA CRUZ DO RIO PARDO
1	6	ROLAMENTO 6207	UND	570,00	612,00		
2	2	RETENTOR 1495 BRG	UND	60,00	64,00		76,00
3	2	ÓLEO 50 W EATON	LTS	200,00	216,00		180,00
4	1	VEDAÇÃO ALTA TEMPERATURA	BS	30,00	35,00		
5	2	MANGUEIRA ALTA PRESSÃO	SERV	300,00	324,00		
6	1	VEDAÇÃO MANGUEIRA ÁGUA BOMBA	UND	300,00	320,00		
7	1	REMOÇÃO CAIXA DE TRANSFERÊNCIA CONSERTO E INSTALAÇÃO	UND	1.000,00	1.200,00		3.850,00
				2.460,00	2.771,00	4.610,00	4.106,00

Os valores e quantidades estimadas ficaram os seguintes:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNID	MENOR VALOR	VALOR ESTIMADO
1	6	ROLAMENTO 6207	UND	570,00	570,00
2	2	RETENTOR 1495 BRG	UND	60,00	60,00
3	2	ÓLEO 50 W EATON	LTS	200,00	200,00
4	1	VEDAÇÃO ALTA TEMPERATURA	BS	30,00	30,00
5	2	MANGUEIRA ALTA PRESSÃO	SERV	300,00	300,00
6	1	VEDAÇÃO MANGUEIRA ÁGUA BOMBA	UND	300,00	300,00
7	1	REMOÇÃO CAIXA DE TRANSFERÊNCIA CONSERTO E INSTALAÇÃO	UND	1.000,00	1.000,00
				2.460,00	2.460,00

O custo estimado total da contratação ficou em R\$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Número	Organograma
62	06.001 - Departamento de Serviços Urbanos
Função	Subfunção
15 - Urbanismo	122 - Administração Geral
Programa	Ação
0110 - PÉ NO BAIRRO	2.017 - Manutenção das atividades CV. Bombeiros - 16.591
Natureza	Recurso
3.3.90.00.00 - Aplicacoes Diretas	2.501.0000.0501 - Superávit - Outros Recursos não Vinculados
Máscara	
06.001.15.122.0110.2017.3.3.90.00.00 / 2.501.0000.0501 - Superávit - Outros Recursos não Vinculados	

12. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO:

Os serviços de manutenção deverão ser realizados na sede da empresa contratada, garantindo o uso de ferramentas adequadas e infraestrutura especializada.

O recebimento provisório e definitivo, é determinado pelo decreto nº 9.853 de 22 março de 2023 que dispõe sobre o método e prazos para recebimentos provisório e definitivo dos objetos contratados pela lei federal nº 14.133/2021.

13. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO:

Não há.

Coronel Freitas, 05 de dezembro de 2024.

Bruna Potrich
Cabo Bombeiro Militar

Sidiane Panisson
Diretora de Compras

Autorizo a formalização deste Estudo Técnico Preliminar:

Laurino Vivian
Diretor de Serviços Urbanos